

## A informação no contexto da política neoliberal

### Information in the context of neoliberal politics

Nelma Camêlo de Araújo

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis.

E-mail: nelma.camelo@cetec.br ou nelmatai2000@yahoo.com.br

#### Resumo

O artigo aborda a política neoliberal na sua complexidade, o contexto histórico e o modo como a informação, independentemente do suporte e a partir de qualquer meio, está sendo manipulada no cenário internacional.

Palavras-chave: neoliberalismo; informação; política internacional.

#### Introdução

A política neoliberal tem várias facetas – econômica, política e social – mas este artigo pretende fazer uma retrospectiva histórica sobre a política citada e como a informação, em qualquer suporte e a partir de qualquer meio de comunicação, é utilizada no âmbito Estatal para controlar a sociedade.

O controle, o acesso e a disseminação de informação na esfera governamental são retratados de forma política e coerente por Cepik:

A habilidade de controlar fluxos e acervos informacionais é decisiva para a capacidade de dominação de qualquer grupo que esteja maximizando poder, seja sob um regime democrático ou autocrático (CEPIK, 2002/2003).

No contexto que Cepik aponta, podemos citar no Brasil o Serviço Nacional de Informação (SNI), que até 1990 controlava as informações sobre cada brasileiro e suas ações, fossem no trabalho, na escola ou na vida privada. E hoje existem outras formas de coleta e controle das informações pelo Estado e sua disseminação e acesso para a sociedade.

Para Cepik, a informação coletada e disseminada “seja na rotina dos governos, no meio empresarial ou

mesmo em organizações sociais” é denominada de “inteligência”.

Essa “inteligência” é definida por Cepik como “a coleta de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação”, ou seja, a sociedade.

O artigo será dividido em duas etapas: a primeira fará uma retrospectiva histórica e atualizada da política neoliberal no contexto nacional e internacional e a segunda fará uma abordagem sobre como a informação é tratada pelo Estado e pelas instituições internacionais como forma de controle e dominação da sociedade.

#### Liberalismo e Neoliberal

As grandes transformações empreendidas ao final da Idade Média têm como ponto fundamental a valorização do homem. Humanismo e Reforma, principalmente, trazem à luz a pessoa humana, que passa a ser o centro do Universo, em que busca conhecer esses valores, e onde alcança posição de destaque na discussão do tema da liberdade.

A primeira fase do liberalismo é político. Tomando como referência as obras de Locke e Montesquieu, tem o seu primeiro grande momento na Revolução Gloriosa (Inglaterra, 1688/89). Esse liberalismo político-jurídico,

que tem suas raízes na Inglaterra medieval, confunde-se com o desenvolvimento das garantias constitucionais da liberdade.

No liberalismo, a justificativa da liberdade é ser contra a monarquia absoluta, sendo intolerável que alguém dela faça parte, colocando-se à margem ou acima da lei comum. Surge, assim, uma nova ordem político-liberal, com a supremacia do poder legislativo, porquanto é o delegado direto dos membros da comunidade. Mas também ele não pode se afastar do bem público. O legislativo não pode ser ininterrupto, nem os legisladores devem ser executores das leis votadas, visto que eles mesmos estão sujeitos a elas. O executivo deve ser um poder diverso, subordinado, ainda assim, ao legislativo. Mas o verdadeiro soberano passa a ser o povo, pois é ele, e não o legislativo, o detentor do verdadeiro poder soberano. O poder é um depósito confiado aos governantes em proveito do povo, e não uma submissão irrestrita. Se os governantes agem de maneira contrária ao fim para o qual haviam recebido a autoridade, o povo pode retirar-lhes aquele depósito, isto é, pode retirar aquela delegação, retomando a soberania inicial, podendo confiá-la a quem apresente melhores condições para exercer o poder. Para Locke, não há um contrato de submissão, mas apenas uma delegação.

O liberalismo atinge outro aspecto quando seus princípios são aplicados à economia, o que se deve principalmente a Adam Smith, embora os fisiocratas já reivindicassem uma liberdade total (da natureza), mas não dispensavam a necessidade de um Estado forte para garantir as leis da natureza. Não havendo esse controle, e se cada um seguisse apenas o seu interesse, dar-se-ia o que, para Hobbes, seria o caos total, com a *luta de todos contra todos*. Aí não haveria

lugar para as noções de justo e injusto

O liberalismo teve seu ápice no século XIX, numa tentativa de equilibrar as teorias marxistas e a ação do Estado. No liberalismo, há uma divisão do Estado economicamente ativo e as relações complexas da sociedade e, neste sentido, a filosofia liberal não consegue avançar, provocando uma grande desigualdade social.

Laurell (2002) argumenta que o liberalismo pode ser compreendido a partir de três elementos básicos: o *individualismo*, o *naturalismo* e o *progresso*.

1) *Individualismo*: a sociedade é a soma das ações individuais. O somatório de ações racionais, egoístas e otimizadoras gerará o bem-estar geral. Esse liberalismo clássico acreditou encontrar a base da ação racional e egoísta numa natureza humana psicologicamente dada;

2) *Naturalismo*: num primeiro momento, os fisiocratas (antecessores dos liberais em questão de teoria econômica) superestimaram um suposto instinto de conservação e a procura do prazer ou da fuga à dor como fundamentos da procura incessante dos homens por bens físicos. Dessa forma, a sociedade seria apenas um meio de igualar as leis naturais da propriedade e da liberdade. Isto é, o ser humano se caracteriza por ser proprietário e livre; o homem é proprietário da sua pessoa e de suas capacidades, pelo menos, e, portanto, a sociedade seria um conjunto de relações individuais entre proprietários. A sociedade política só se justificaria para proteger a propriedade e cuidar para que as relações mercantis transcorressem de forma ordenada;

3) *Progresso* da sociedade baseado na razão, razão natural

com leis naturais. Enfatiza-se um conceito abstrato de liberdade, descontextualizado e numa democracia egoísta, contrária à ética medieval, mas também à solidariedade socialista nascente.

As bases teóricas do liberalismo encontraram forte resistência na sociedade, disseminando conflitos. A partir desses conflitos começam a “ruir” as bases que permeavam o liberalismo.

A decadência do liberalismo foi resultado não do triunfo teórico de um paradigma alternativo, mas das lutas sociais e políticas do século XIX e princípios do XX: o auge do movimento socialista e a decadência do assistencialismo cristão. O liberalismo fracassou do ponto de vista de ser capaz de sustentar o crescimento econômico sem grandes crises, assim como garantir a ordem social. O fracasso obrigou a uma mudança de rumos em direção ao Estado social, que surgiu em torno dos anos 20 deste século e predominou até a década de 70 (LAURELL, 2002, p.75).

A partir da Segunda Guerra Mundial, uma nova ordem econômica é “trabalhada” no contexto internacional, uma vez que as teorias liberais não sustentaram a expansão econômica. Essa nova ordem política procura resgatar o Estado social, porém o Estado econômico é o centro das articulações, sendo privilegiados a produção e o acúmulo de riquezas.

A nova política é denominada de neoliberalismo, trazendo uma “imagem” democrática das relações entre as classes e o Estado.

O neoliberalismo tem suas origens na Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça, em 1947, também chamada de Escola Austríaca, cujos principais representantes são Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek. Para Von Mises, a liberdade é um todo

indivisível, mas enfatiza que a liberdade política é uma consequência da liberdade econômica.

Friedrich Hayek foi o fundador da Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de maçonaria que se reunia a cada dois anos. Dessa sociedade participavam adversários do Estado de bem-estar e inimigos do *new deal* norte-americano.

O propósito dessa sociedade era combater o keynesianismo (Estado de bem-estar) e o solidarismo, preparando as bases para um capitalismo livre de regras para o futuro. Segundo os adeptos da sociedade de Mont Pèlerin, o novo igualitarismo promovido pelo *welfare state* destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. A desigualdade, portanto, era considerada um valor positivo.

O avanço das idéias neoliberais deu-se com a chegada da crise de 1973, quando o mundo capitalista avançado caiu numa profunda depressão, combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. O poder dos sindicatos, com sua pressão reivindicativa sobre os salários, e os gastos sociais do Estado eram, segundo Hayek, as causas da crise. O rompimento com os sindicatos, a contenção dos gastos sociais e das intervenções econômicas, além da estabilidade econômica, deveriam ser a meta dos Estados na busca do retorno ao crescimento econômico.

Segundo Boito Jr. (1999), o discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado em face da ação estatal. Em primeiro lugar, uma superioridade econômica, na medida em que o livre jogo da oferta e da procura e o sistema de preços a ele ligado permitiriam uma melhor alocação dos recursos disponíveis, ao indicar as necessidades sociais e punir as empresas ineficazes. Essa alocação

otimizada de recursos na produção faria crescer a riqueza geral. Em segundo lugar, uma superioridade política e moral, na medida em que a soberania do consumidor, inerente a um ambiente de concorrência, permitiria o desenvolvimento moral e intelectual dos cidadãos.

A prática do programa neoliberal começou com Thatcher na Inglaterra, em 1979, e com Reagan nos EUA, sendo que havia diferenças significativas entre os programas. Thatcher adotou o neoliberalismo mediante uma política de emissão monetária, elevação das taxas de juros, diminuição dos impostos sobre os altos rendimentos, abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, além da criação de altos níveis de desemprego, adoção de uma legislação anti-sindical e cortes com gastos sociais. Lançou também um amplo programa de privatizações, que começou pela habitação pública, passando, em seguida, a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. A política neoliberal adotada por Reagan também reduziu impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e reprimiu greves, mas não respeitou a disciplina orçamentária, sendo o presidente da história americana que mais aumentou o *déficit* público.

Na Europa, a política liberal foi aplicada com mais cautela, com ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais e nem tanto com cortes brutais nas áreas sociais.

Porém, o programa neoliberal não conseguiu provocar uma mudança na taxa de crescimento dos países, sendo a razão para esse fato, de acordo com a economia, o aumento da especulação, provocado pela desregulamentação financeira, reduzindo o comércio de mercadorias reais, e também os gastos com o social que não diminuíram, em parte devido ao desemprego, que custou bilhões ao Estado, em parte devido ao aumento

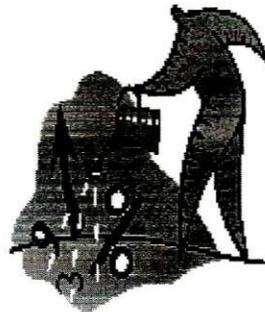
demográfico dos aposentados (BOITO JR. 1999).

No balanço geral o neoliberalismo obteve sucesso quanto ao controle da inflação, a elevação dos juros, o crescimento do desemprego e o arrocho dos salários. Tais transformações ocorreram devido à derrota do movimento sindical, que se expressou na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa nova contenção dos salários. Essa postura defensiva por parte dos sindicatos se deu em grande parte devido ao sucesso do programa neoliberal em relação ao crescimento das taxas de desemprego, que era concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente (ANDERSON, 1995, p.15).

Para Laurell (2002), no plano cultural, o neoliberalismo está relacionado ao conservadorismo e aos valores tradicionais: nação, família, autoridade, respeito às hierarquias, resgatando contradições entre aspirações populares e funcionamento do Estado, “com as burocracias e as ineficiências dos serviços públicos, com a existência de setores da população mais desprotegidos pelas políticas públicas”.

O Brasil sofreu influência quando da sua colonização por regimes políticos europeus (Portugal, num primeiro momento, e depois, Inglaterra) e, após a Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje, sofremos influência da política estadunidense, política essa de domínio social e econômico (MAESTRI, 2003).

Na proposta neoliberal que reduz o Estado há um instrumento de gestão política e econômica que encontrou no Brasil um ambiente adequado para o seu crescimento. O fracasso de sucessivos planos econômicos vinha contribuindo para a extrema desconfiança em relação à eficácia do



Estado, contando ainda com a oposição do povo diante da política e dos políticos, levados à crescente desmoralização por um noticiário sistemático e conduzido, que acompanhava o real desempenho fraco do Congresso. A isso se somava, paralelamente, a descrença no próprio aparelho de Estado, particularmente no funcionalismo público, que via somada a uma secular inoperância, uma corrupção generalizada. No fim das contas, o quadro apontava para um ambiente derrotista, no qual a única solução colocada como possível seria o Estado ceder todo o espaço ao mito do mercado. As reformas necessárias surgiram como consequência natural do *livre jogo de forças* estabelecido pela hegemonia absoluta do mercado (SODRÉ, 1996).

O neoliberalismo foi “oficialmente” implantado no governo Collor, provocando significativas mudanças na economia do país. Esse projeto subordinou o Brasil ao modelo de modernização conservadora estabelecido pelas pressões do capital internacional, acelerou a abertura da economia do país, diminuiu a capacidade reguladora do Estado, fez inúmeras concessões ao FMI e a outros credores internacionais.

O governo Collor estabeleceu a vitória incontestável do Neoliberalismo e nele, sem tardança, operou-se o desmantelamento do aparelho de Estado (SODRÉ, 1996, p.41).

A “reforma administrativa” é o exemplo mais significativo do desmantelamento do Estado promovido pelo governo Collor, consistindo basicamente na demissão ou aposentadoria compulsória de milhares de servidores públicos. O desemprego era, portanto, apresentado como meta vencedora que, por si só, levaria ao sucesso as reformas

neoliberais em curso. Paralelamente, a política neoliberal do governo Collor colocou como fundamental o máximo de abertura do nosso mercado a bens, serviços e capitais. Ao realizar ondas recessivas visando combater a inflação, colocou em risco a capacidade industrial e produtiva do país. Após dois anos de governo, o Brasil passou a viver uma das crises mais agudas da sua história.

Mesmo com *impeachment* de Collor, o neoliberalismo continuou como projeto hegemônico das elites, implantado no seu governo e que teve continuidade no governo Itamar Franco e, também, no governo Fernando Henrique Cardoso. Dando continuidade ao receituário monetarista, com taxas de juros elevadas, o combate ao *déficit* público se fazia às custas da “precarização” dos serviços de saúde e educação.

Na política neoliberal, outros fatores de relevância são o capital bancário e os recursos advindos do capital imperialista, ou seja, os recursos de investimento dos países dominantes na economia internacional, contemplando, ao mesmo tempo, os investimentos financeiros estrangeiros e os grandes bancos nacionais. O desaparecimento dos ganhos inflacionários foi utilizado pelo governo Fernando Henrique Cardoso para difundir a idéia de que os bancos estariam sendo sacrificados pelo Plano Real. Com o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), o governo procura compensar de forma ampla essa perda, na medida em que liberou a cobrança de diversas taxas aos clientes e, principalmente, desencadeou um processo de concentração no setor bancário, estimulado, coordenado e financiado pelo próprio Estado. A esse processo de concentração soma-se o de privatização de bancos estatais estaduais, o que permitiu a ampliação

do capital e da clientela de grandes bancos privados (RAMPINELLI, OURIQUES, 1997).

A falta de investimento do Estado na área social e as privatizações que se deram a partir da década de 1990 fizeram crescer o desemprego e a forma de trabalho, incentivando o trabalho informal e difundindo a contratação de trabalhadores sem carteira assinada, excluindo-os de seus direitos assegurados na legislação. Com isso, empresas multinacionais vêm a oportunidade de instalar suas filiais em território brasileiro, uma vez que existe mão-de-obra qualificada e que pode ser remunerada com baixos salários, sem obrigações trabalhistas (MAESTRI, 2003).

Esse processo atinge diretamente a forma de comunicação entre o Estado e o cidadão, não apenas no que diz respeito ao acesso, mas também à forma como são repassadas notícias, sistemas informacionais e orientações à população dos serviços prestados pelo setor público.

sem sombra de dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do 'esgotamento dos recursos do Estado (BIONDI, 1999, p.15).

Gómez (2002) relaciona a política informacional existente nos "países pós-colônias" – e aqui cito o Brasil – como sujeitos a uma "modernização subalterna e conservadora", dificultando o que a autora denomina de uma "constituição comunicacional e informacional". Ainda sob a visão da autora, percebe-se que essa análise está diretamente relacionada à expansão da política neoliberal no mundo: "Nos fins da década de 70, um outro cenário começaria a ser construído a partir da junção das

novas tecnologias de informação e comunicação".

Como citado anteriormente, o desenvolvimento do neoliberalismo começa com a crise dos mercados financeiros a partir de 1973, sendo implantado, de fato, por Thatcher na Inglaterra, em 1979.

#### A INFORMAÇÃO NA POLÍTICA NEOLIBERAL

As mudanças pelas quais passam hoje todos os sistemas de comunicação apontam não para um avanço da democracia, mas para a constituição de um mundo em que o poder, cada vez mais concentrado, torna viável uma "ação comunicativa" crítica para determinadas parcelas da população mundial, ficando a imensa maioria excluída e iludida pela possibilidade de uma participação em processos de tomada de decisões cada vez mais inócuos, inclusive no que se refere à política interna, já que o poder de decisão, mesmo nessa matéria, encontra-se em outra parte.

Freitas (2004) retrata em seu trabalho como os países centrais dominam o fluxo das informações dos países periféricos.

os países periféricos possuem recursos inadequados para distribuição tanto interna quanto externa de informação, muitos deles dependendo dos países centrais para suprir-se de informação; os países centrais controlam mais de 90% do espectro de radiofrequência; os países centrais são indiferentes às necessidades dos países periféricos e tratam a informação apenas na perspectiva de mercadoria; há escassez de informação sobre os países periféricos que não seja em temas sensacionalistas como fome, guerras etc, veiculadas pelos meios de comunicação transnacionais que filtram a informação

internacional; o sistema de informação vigente perpetua uma forma de colonialismo político, econômico e cultural; o monopólio virtual das instituições de comunicação mundiais pelos países centrais faz com que eles possam transmitir o que querem sem observar os desejos e necessidades dos que recebem as informações, além de envolver variadas formas de propaganda direta (FREITAS, 2004, p.11).

Cepik (2002/2003), a partir das considerações acerca da “inteligência”, ressalta como o Estado valoriza a informação no controle de suas ações:

[...] A chamada inteligência de fontes ostensivas, (...), sempre foi importante para qualquer sistema governamental de inteligência. Trata-se da obtenção de documentos oficiais por vias legais, da observação direta e não clandestina dos aspectos políticos, militares e econômicos da vida interna de outros países ou alvos, *do monitoramento da mídia (jornais, rádio e televisão)*, da aquisição legal de livros e revistas especializadas de caráter técnico-científico, enfim, de um leque mais ou menos amplo de fontes disponíveis cujo acesso é permitido. Quanto mais abertos os regimes políticos e menos estritas as medidas de segurança de um alvo para a circulação de informações, maior a quantidade de inteligência obtida a partir de programas (...) (CEPIK, 2002/2003, p.250-251).

Santos (2002) reforça que “a tirania do dinheiro e a tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado”. O neoliberalismo está diretamente associado à expansão da globalização, conseqüentemente, a informação está diretamente relacionada ao mecanismo de dominação imposta aos países em

desenvolvimento.

Na política neoliberal percebe-se essa postura, podendo ser citados alguns jornais com o *New York Time*, *Forbes* e, no Brasil, a *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, dentre outros, que têm a preocupação de repassar notícias nas quais a crítica é sempre ao sistema socialista, apontando as dificuldades que esses sistemas enfrentam no contexto internacional, e como o Brasil, país do terceiro mundo, está bem no cenário, uma vez que continua a contribuir com o império estadunidense.

Dieterich (1999), sendo mais direto, ressalta que “a doutrinação política é parte desta tarefa principal dos meios de comunicação de massa”, citando, como exemplo, a eleição na Rússia, onde, com o apoio dos EUA, a partir da imprensa, foi possível reverter o quadro das pesquisas e eleger Yeltsin.

Contudo uma mescla de truques sujos, de pesquisa de opinião falsificadas, a permanente repetição da ameaça de guerra civil no caso de triunfo eleitoral comunista, a violação aberta da legislação eleitoral e a conversão dos meios de comunicação de massa em aparatos de propaganda estatal, produziram o que o presidente Clinton, profundamente comovido, chamou “a consolidação do processo eleitoral na Rússia” (DIETERICH, 1999, p.214).

Para Marcondes Filho (1986), a forma como os jornais manipulam a informação está relacionada a questões ideológicas:

É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valoração e de interesse de classe (...) Há formas de pensamento censurado que operam inconscientemente na

elaboração da notícia jornalística e que reproduzem nos jornais as relações de dominação que estão entrincheiradas no psiquismo dos indivíduos (dos profissionais jornalistas) na sociedade capitalista (MARCONDES FILHO, 1986, p.39).

Segue o autor, dando um quadro ainda mais claro de sua argumentação:

A fragmentação da realidade em partes estanques repercute no caráter da veiculação noticiosa no jornalismo. Tal fragmentação (que é a forma geral da disposição do mundo na perspectiva burguesa) produz igualmente mentalidades fragmentadas, diluídas, difusas, que vêm o contexto social, a realidade, sem nenhum nexos, sem fio ordenador. Para a mentalidade fragmentada, a fragmentação da notícia cai como uma luva (MARCONDES FILHO, 1986, p.40).

A ênfase dada à iniciativa privada como organizadora da nova economia, presente no discurso neoliberal, é mais bem compreendida no caso das iniciativas da “sociedade da informação”, no sentido de que se trata de iniciativas voltadas para atender aos seus interesses, sendo por ela organizadas com esse objetivo. Isso fica transparente à medida que tais iniciativas se encontram submetidas a um regime internacional, centralizando os interesses de mercado e, em especial, das grandes corporações (DIETERICH, 1999).

A viabilidade de um mercado livre de regulações nacionais está associada à generalização dos valores mercantis, com o seu transbordamento para as demais esferas da sociedade. As relações mercantis entendem-se ao lazer, cultura, educação e as às próprias relações entre Estado e a sociedade, sob a forma de relações

entre consumidor, tendo, como objetivo central, o consumo permanente e crescente.

As iniciativas da “sociedade da informação” e as agendas para a conformação da infraestrutura de informação fundamentaram-se nas idéias de sociedade da informação formuladas na década de 1970, pelos EUA e pela União Européia.

A evolução dos mecanismos, analisando como chegamos até a “sociedade da informação”, podemos citar o desenvolvimento da imprensa, que permitiu o desenvolvimento da linguagem gráfica tanto da palavra escrita como do desenho; o telefone, o fonógrafo e o rádio, que disseminaram informações a partir da linguagem falada e da música; a fotografia, o cinema e a televisão, que facilitaram a informação com imagens visuais (MASI, 2000).

Para Masi (2000), as desigualdades sociais estão diretamente relacionadas ao avanço da informação na “sociedade da informação”:

Muitos trabalhadores especializados, como é o caso dos que operam máquinas-ferramentas, perderam nestes últimos tempos o trabalho; e até mesmo empregados sem particulares qualificações podem perder o posto em consequência da rápida penetração de máquinas para o processamento de textos e da aparelhagem para a automação dos escritórios (MASI, 2000, p. 219).

A “sociedade da informação” reflete uma proposta de uma nova sociedade, contrapondo-se à sociedade industrial. Na sociedade da informação destaca-se a disseminação da produção, a partir



da prestação de serviços.

A comunicação em rede veio contribuir no aprofundamento das diferenças sociais, disseminando a exclusão não apenas de ordem econômica, mas também a digital, tomando como referência o acesso à informação disponibilizada a partir da conexão em rede.

A relação da cibernética com o contexto político está no controle ideológico globalizado, monitorado pelo estadunidense, a partir de suas empresas transnacionais.

A relação do indivíduo com a informação, a partir da tecnologia, carece de uma crítica ao sistema em que é difundida. Porém, a forma que a propaganda é conduzida sobre a importância do uso das tecnologias da informação e o quanto elas podem facilitar a “vida” de cada um fazem com que a sociedade não perceba o quanto está sendo manipulada e condicionada a essa forma de se comunicar.

Quanto aos conteúdos, o ciberespaço será dicotômico, da mesma forma que a imprensa atual: haverá uma dimensão para a elite informativa – bancos de dados, jornais de qualidade, informação econômica, conferências de especialistas, etc, outra para a doutrinação das massas (DIETERICH, 1999, p.218).

Neste contexto, a “doutrinação das massas” tenderá a ser dinamizada a partir dos meios de comunicação, que no Estado neoliberal está privatizado para grandes corporações, como as telecomunicações e as TVs abertas.

Conclusão

Existem muitas facetas para este tema, mas o que se procurou levantar neste artigo é o quanto se faz necessário termos uma visão

macro de como a informação é hoje exercida nos contextos nacional e internacional.

Não se discute a importância das redes de comunicação como um veículo de suma importância para a sociedade, porém, consideramos que esses mesmos veículos de comunicação não conseguem atender o cidadão na sua necessidade básica, ou seja, saúde, educação e alimentação.

A partir das leituras realizadas para redigir o artigo, percebe-se que é consenso entre os autores que o domínio dos meios de informação e a manipulação de dados que são disseminados nos países em desenvolvimento, centrados na forma como os países dominantes, regem a política internacional.

Percebe-se que, infelizmente, podemos até dominar as técnicas de informação, mas quem detém o seu controle ainda são as grandes corporações internacionais, e mesmo com a política adotada para a “sociedade da informação” quanto à democratização dos meios de digitais o cidadão comum está à margem desse processo.

A divulgação de referências quanto às instituições e entidades que lançaram os programas da “sociedade da informação” em nível nacional e internacional, não foram contempladas no artigo, que buscou estabelecer a relação entre a política neoliberal e a difusão da informação em qualquer suporte e a partir de qualquer meio de comunicação. Porém, quando é citado que as políticas de informação começam a partir da década de 1970 percebe-se claramente que essas políticas estão associadas ao contexto do neoliberalismo vigente.

Fica aqui um alerta para todos os que atuam na construção de uma sociedade informacional livre e democrática: o cuidado em construir informações que atendam e

disseminem informações para o cidadão isentas de uma articulação dirigida pelo domínio de corporações internacionais e antidemocráticas.

## Abstract

The article outlines the “neoliberal” politics in its complexity, historical context and how the information, no matter its way of support, outgoing from many different kinds of environments has been distorted in the whole international scenery.

Keywords: neoliberalism; information; international politics.

## Referência

- ANDERSON, Perry. *Estratégias revolucionárias na atualidade*. São Paulo: Jorúês, 1986.
- BARRROS, J.R.M. O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: CEBRAP, *Novos Estudos*, nº 44, 1996.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR., Armando. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CEPIK, Marco. Inteligência e políticas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. *Security and Defense Studies Review*. v. 2, winter 2002/2003 p. 246-267. Disponível em < <http://www.ndu.edu/chds/journal/PDF/2002-3/Cepik-Marco.pdf> > Acesso em 08/09/2004.
- DIETERICH, Heinz. Globalização, educação e democracia na América Latina. In: CHOMSKY, Noam; DIETERICH, Heinz. *A Sociedade global: educação, mercado e democracia*. Blumenau: Ed. da FURB, 1999. p. 67-264 (Coleção Sociedade e Ambiente, 4).
- FREITAS, Lídia Silva de. *A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação*. Disponível em <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1220208.pdf>> Acessado em 09/09/2004
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.
- GOMES, Maria Nélide González de. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.32, n.1, p.60-76, jan/abr 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HADDAD, Fernando (org.) *Desorganizando o Consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

LAURELL, Asa Cristina (org.) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

MAESTRI, Mario. *Brasil 2003: mais um ano de Governo neoliberal - Roteiro para uma Análise Estrutural*. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2003/12/12/maestri3.html>> Acesso em 30/08/2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da Segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1987

MASI, Domenico de. *A sociedade pós-industrial*. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2000.

RAMPINELLI, W.J.; OURIQUES, N.D. (orgs.) *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

Data do recebimento: 03/09/2006

Data do aceite: 02/10/2006